

Nível Superior

AUDITOR SUBSTITUTO

SEGUNDA PROVA ESCRITA DISCURSIVA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo o enunciado do caso concreto e das duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição das respostas para o caderno de textos definitivos
- **1 hora e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de prova está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos
- Use somente caneta esferográfica, com tinta preta ou azul, fabricada em material transparente
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados para esse fim
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado
- Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do candidato
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa prova!

Discursiva

1

Caso concreto para elaboração de decisão

Um partido político de oposição à Prefeitura de determinado município fluminense apresentou denúncia ao Tribunal de Contas do Estado apontando a ocorrência de irregularidades nas contas da Administração Municipal.

A denúncia deu ensejo à instauração de dois procedimentos de tomadas de contas.

O primeiro destinou-se a apurar a existência de irregularidade na contratação, com inexigibilidade de licitação, de empresa para a prestação de serviços de cerimonial à Prefeitura, da qual é sócia-gerente a irmã do Prefeito. A contratação foi autorizada diretamente pelo Prefeito, na condição de ordenador de despesas.

O segundo procedimento teve como objeto a existência de irregularidade no relatório de prestação anual de contas da Prefeitura, quanto aos resultados financeiros da gestão, relativamente ao montante do superávit fiscal informado para o atendimento dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. É que o Município tem contrato com a Caixa Econômica Federal para que o banco faça a gestão dos recursos públicos municipais. Porém, no último quadrimestre do exercício de 2014, o Município atrasou os repasses à Caixa dos recursos para que o banco honrasse o pagamento de benefícios assistenciais de aluguel social e auxílio aleitamento concedidos pela Prefeitura. A Caixa, porém, ainda assim, efetuou o pagamento desses benefícios aos cadastrados no Programa Municipal.

Intimado pelo Tribunal de Contas do Estado a prestar explicações quanto às contas apresentadas, o Prefeito ficou-se em silêncio, mas os Secretários municipais de Fazenda e de Assistência Social informaram que a retenção dos repasses ao banco gestor dos recursos públicos deu-se por decisão de ambos e é procedimento frequente em diversas esferas da Administração no país. Que a retenção estaria amparada no contrato de prestação de serviços firmado e que os repasses foram regularizados no primeiro trimestre do exercício em curso, não tendo gerado prejuízo financeiro aos cofres públicos.

Como Auditor encarregado de ambos os casos e uma vez que os fatos da denúncia foram confirmados na apuração, redija para cada um, dispensado o resumo, o Relatório conclusivo, com as respectivas propostas de encaminhamento para a apreciação pelo Corpo Deliberativo da Corte de Contas.

(Responder a questão em, no máximo, 90 linhas – **Valor: 40 pontos**)

2

Considere um aumento do esforço fiscal do governo em busca de um superávit fiscal. Como resultado desse esforço, ocorre um aumento dos depósitos do Tesouro Nacional na conta do Banco Central. Nesse contexto, responda:

a - A política fiscal pode ter desdobramentos sobre a oferta monetária na economia. Assim, como o aumento desse esforço fiscal pode afetar o balancete do Banco Central? De que forma esse superávit fiscal afeta a base monetária e os meios de pagamentos?

b - Qual o efeito pelo lado monetário sobre a taxa de juros da economia e sobre o nível do produto?

c - Se considerarmos que o volume real de moeda disponível à população faça parte da riqueza, explique, pelo lado fiscal da economia, qual o efeito sobre a taxa de juros e sobre o produto.

d - Utilizando os conceitos de oferta e demanda, se a economia está em pleno emprego, essa medida de esforço fiscal pode contribuir para conter a inflação? Explique.

e - Considerando o impacto dessa medida sobre o preço, qual o efeito sobre a margem de lucro e a permanência no mercado (no curto e no longo prazo) das empresas monopolistas e das que atuam em concorrência perfeita? Relacione sua resposta com o índice de Lerner e suponha que a estrutura de custos de cada empresa seja fixa.

(Responder a questão em, no máximo, 60 linhas – **Valor: 30 pontos**)

3

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) foi aprovada no contexto de um programa de estabilização fiscal, envolvendo os três entes da federação, com o objetivo de definir normas de finanças públicas que assegurem a responsabilidade na gestão fiscal.

Ao dispor as regras relacionadas à responsabilidade na gestão fiscal, a LRF definiu os pilares da gestão fiscal responsável.

a - Identifique os pilares da gestão fiscal responsável definidos na LRF;

b - Estabeleça a relação entre os pilares da gestão fiscal responsável definidos na LRF e o equilíbrio fiscal das contas públicas;

c - Apresente critérios que podem ser adotados no acompanhamento e na avaliação de cada um dos pilares da gestão fiscal responsável;

d - Estabeleça um paralelo entre a estrutura de Federalismo Fiscal vigente no Brasil e as disposições da LRF para alcançar o equilíbrio das contas públicas.

(Responder a questão em, no máximo, 60 linhas – **Valor: 30 pontos**)

Rascunho

Realização

